§3º Os sucessores previstos no *caput* deste artigo, poderão renunciar ao direito de administrar o jazigo, que ficará disponível para o elencado imediatamente posterior, sendo necessária a manifestação dessa vontade por escrito para o repasse desse direito a um parente de grau inferior ao seu, através da apresentação da Declaração de Transferência - Anexo II (4077276), juntamente com original e cópia simples de documento de identificação que comprove a relação de parentesco.

§4º No caso em que o sucessor seja menor de idade, considerar-se-á o sucessor maior de idade imediatamente posterior, salientando-se que o menor não perderá seu direito a sucessão, podendo reivindicá-la quando do alcance da maioridade.

Art. 3º A autorização prevista no Artigo 1º não caracteriza transferência da titularidade, mas somente a assunção de responsabilidade de manutenção física e financeira do jazigo, podendo utilizá-lo para os fins a que se destinam, sem prejuízo do previsto nos artigos 266 a 360 da Lei 11.468/2011.

Art. 4º Para a realização da renúncia de administração do jazigo, o responsável cadastrado deverá indicar outro parente que atenda aos requisitos previstos na lei, sendo que, se por ventura, existirem débitos, esses continuarão inscritos no CPF do responsável a época, até sua quitação.

Parágrafo único - Não poderá o jazigo ficar sem responsável, exceto em caso que a linha sucessória venha se exaurir.

Art. 5º Não existe hierarquia entre os parentes de mesmo grau, respeitando-se a linha sucessória prevista no Artigo 2º deste Decreto.

Parágrafo único - No caso de conflito entre parentes de mesmo grau, será considerado o de maior idade .

Art. 6º O responsável pela manutenção física e financeira não detém exclusividade na utilização do jazigo, sendo somente personalidade responsável perante a ACESF.

§1º Para indicação de sepultamento serão considerados autorizados todos os parentes de grau igual ou superior à do responsável financeiro cadastrado.

§2º Considera-se grau superior aquele mais próximo do titular falecido.

Art. 7º Casos omissos serão analisados pela ACESF, regulamentados pela Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, mediante requerimento administrativo.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 04 de setembro de 2020. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Juarez Paulo Tridapalli, Secretário(a) Municipal de Governo, Leonilso Jaqueta, Superintendente

DECRETO Nº 1047 DE 08 DE SETEMBRO DE 2020

SÚMULA: Altera o Plano Plurianual - PPA 2018-2021, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2020; abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro; e altera o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, na Lei nº 12.644/2017 - PPA 2018-2021 e na Lei nº 12.900/2019 - LDO/2020, em seus respectivos anexos, a ação / meta a seguir especificada:

Ação	Descrição da Ação	Exercício	Meta Inicial		Meta Alterada	
			Física	Em R\$	Física	Em R\$
111	Manutenção das atividade de apoio a projetos ambientais - FMMA	2020	100%	934.000,00	100%	1.534.000,00

Parágrafo único. Para alteração do Plano Plurianual - PPA 2018-2021 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2020, o Executivo utilizar-se-á do previsto nos incisos IV e V do artigo 17, da Lei nº 12.644, de 26 de dezembro de 2017.

Art. 2º Fica incluída, no Quadro de Detalhamento da Despesa do corrente exercício financeiro, a Fonte de Recursos 051 - Cota-parte ICMS Ecológico, na Natureza da Despesa 3.3.90.30 - Material de Consumo.

Art. 3º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar - *Superávit* Financeiro da quantia de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), junto à Secretaria Municipal do Ambiente / Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA / Fundo de Proteção aos Animais - FUPA, conforme a seguir especificado:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R\$
23020.18.541.0007.2.051	3.3.90.39	051	600.000,00
23030.18.541.0007.2.110	3.3.90.30	051	200.000,00
TOTAL			800.000,00

Art. 4º Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos §§ 1º e 2º, do artigo 11, da Lei nº 12.990, de 20 de dezembro de 2019.

Parágrafo único. Como *Superávit* Financeiro considerar-se-á o montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) apurado em Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Art. 5º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício financeiro de 2020, previsto no Decreto nº 5, de 2 de janeiro de 2020, acrescentando a Previsão de Aplicação de Recursos em R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) , conforme a seguir especificado:

Órgão	Código do Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R\$		
				Inicial	Acréscimo	Atual
23	700	051	Setembro	93.600,00	50.000,00	143.600,00
23	700	051	Outubro	113.500,00	150.000,00	263.500,00
23	700	051	Novembro	79.700,00	600.000,00	679.700,00
Total				286.800,00	800.000,00	1.086.800,00

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Londrina, 08 de setembro de 2020. Marcelo Belinati Martins, Prefeito do Município, Juarez Paulo Tridapalli, Secretário(a) Municipal de Governo, Janderson Marcelo Canhada, Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia

DECRETO Nº 1053 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

SÚMULA: Institui a Lei Seca no Município de Londrina e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana causada pelo novo coronavírus (COVID-19), atualizada para Declaração de Pandemia em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO que foi decretada situação de emergência no Município de Londrina, por meio do Decreto nº 346, de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO que foi declarado estado de calamidade pública no Município de Londrina, por meio do Decreto nº 490, de 20 de abril de 2020;

CONSIDERANDO que a Administração Pública está adstrita ao Princípio da Legalidade, e, portanto, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato;

CONSIDERANDO o aumento no índice de transmissibilidade e positividade da infecção causada pelo novo coronavírus, nas últimas semanas;

CONSIDERANDO que aproximadamente metade dos casos positivos de coronavírus em Londrina são jovens;

CONSIDERANDO que tal número, pode-se afirmar, ser muito maior vez que grande parte dos jovens não apresentam sintomas algum, e portanto sequer são diagnosticados com a doença, mas estarão transmitindo o vírus;

CONSIDERANDO que os dados dos órgãos de fiscalização do Município, indicam que as denúncias recebidas, em sua grande maioria, referem-se à aglomerações em bares, bem como causadas por festas em chácaras e/ou espaço de eventos, e prática de esportes coletivos de maneira irregular;

CONSIDERANDO que a fiscalização pelos referidos órgãos, tem constatado flagrante e reiterada descumprimento das medidas de restrição estabelecidas pelo Município de Londrina, causando desnecessária exposição dos munícipes ao contágio e disseminação da doença;

CONSIDERANDO que o tempo de permanência das pessoas nos bares, restaurantes e lanchonetes, tem sensível aumento quando há consumo de bebidas alcólicas;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 1.049, de 10 de setembro de 2020 determinou o fechamento de bares no Município de Londrina;

CONSIDERANDO a necessidade de endurecimento das medidas restritivas, como forma de prevenção e combate à COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de estrito cumprimento das restrições estabelecidas, de forma a garantir a efetividade das medidas adotadas com intuito de preservar a saúde e a vida do cidadão;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a "Lei Seca" no Município de Londrina, pelo prazo de 14 (quatorze) dias corridos, a partir da data de publicação deste Decreto.

Art. 2º. Fica proibida a venda ou fornecimento de bebidas alcoólicas para consumo no local e em suas imediações, por qualquer estabelecimento do Município de Londrina.

Art. 3º. A infração à proibição instituída neste Decreto, acarretará a responsabilização civil, administrativa e penal dos agentes infratores, e os sujeitará à aplicação das seguintes penalidades:

I – multa;

II – interdição do estabelecimento com suspensão total da atividade;

III – cassação do Alvará de Licença para Localização e Funcionamento; e

IV – demais penalidades previstas pelas legislações correlatas.

§ 1º. Fica estabelecido que o valor da multa em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

§ 2º. Em caso de reincidência, as multas serão cobradas em dobro, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

§ 3º. Sem prejuízo da penalidade da cobrança da multa em dobro, a reincidência, sujeitará o estabelecimento infrator ainda, à penalidade de interdição, que será imediatamente aplicada, logo que constatada a infração reincidente, independentemente de qualquer ato, fato ou condição.

§ 4º. Considerando a gravidade da infração constatada, as penalidades de multa e interdição, poderão ser aplicadas cumulativamente, podendo inclusive a interdição ser aplicada de imediato, ainda que se trate da primeira infração.